



ASPECTOS DA TRADIÇÃO SOCIOCULTURAL, ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS E SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DA MISSÕES/RS/BR

Livio Osvaldo Arenhart

Doutor em Filosofia.

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo

Resumo: Dentre um grupo de categorias contidas no material colhido mediante entrevistas com agricultores(as) familiares da região das Missões/RS/BR sobre possíveis ações de suas pequenas cooperativas, pertinentes à problemática da sucessão geracional, escolheu-se a categoria da conexão entre as práticas associativas/cooperativas e a produção sociocultural dos(das) associados(as), em consonância com a percepção dos(as) participantes da pesquisa. O procedimento interpretativo adotado é a Análise Textual Discursiva e a abordagem teórico-metodológica seguida é a modulação moriniana da dialética. O objetivo do artigo é explicitar os padrões conservadores e inovadores da interpretação simbólico-cultural dos(das) agricultores(as) familiares, engajados(as) em práticas cooperativas, a respeito da sucessão familiar, buscando indícios de influências do engajamento associativo/cooperativo sobre esses padrões interpretativos. Apurou-se que esse engajamento, que já resulta de um capital sociocultural favorável à sucessão, gera um capital econômico, social e cultural que, recursivamente, favorece a predisposição à manutenção dos jovens nos empreendimentos da família agricultora, mas não desfaz os efeitos negativos da cultura patriarcal sobre a predisposição das moças de abandonarem suas famílias rurais em busca de carreiras estudantis e profissionais no espaço urbano. A dobradiça capitalismo e patriarcalismo se concretiza na forma ambígua de capitalização da propriedade rural e de recusa das mulheres a repetirem o padrão da relação de gênero que, historicamente, determinou a estrutura socioeconômica da agricultura familiar. Afora essa contradição sem perspectiva de solução, famílias dialógicas e organizações cooperativas geram capital econômico, social e cultural propício à continuidade dos empreendimentos agropecuários e agroindustriais. O texto omite tratar da contribuição do Estado para isso.

Palavras-chave: Cooperação; Agricultura familiar; Sucessão geracional; Cultura; Gênero.

Considerações iniciais

Este artigo sistematiza algumas ideias colhidas durante a execução do projeto de pesquisa “Ações de organizações associativas e cooperativas de agricultores familiares e a sucessão geracional em suas propriedades rurais na região das Missões, do Rio Grande do Sul”. O projeto fora elaborado em 2019. Parte das entrevistas presenciais foram feitas no início de 2020. A fase das entrevistas foi interrompida pela Covid-19, em março de 2020, retomada



em janeiro de 2022 e encerrada em maio de 2022. Presumiu-se que, na região citada, o assunto ainda não tivera sido pesquisado junto às entidades referidas. A questão norteadora da pesquisa fora assim elaborada: as associações e pequenas cooperativas desenvolvem ações de incentivo eficaz para que os(as) jovens sucedam seus pais na agricultura familiar? Que tipos de incentivos são mais eficazes, ao ver dos próprios associados, adultos e jovens?

Acreditara-se que a pesquisa fosse relevante porque a sucessão familiar constitui uma dimensão significativa da reprodução social da agricultura familiar (AF, a partir de agora), produtora de em torno de dois terços dos alimentos consumidos no Brasil (aspecto econômico), mantenedora de um mundo sociocultural específico (aspectos antropológicos) e conservadora de uma forma ancestral de vínculo dos humanos com a natureza (aspectos ecológicos).

O objetivo geral fora colher, mediante entrevistas, as preocupações, ações e avaliações das ações, pertinentes à problemática da sucessão geracional na AF, dos(das) dirigentes e associados(as), adultos e jovens, dessas associações e cooperativas de comercialização de alimentos da região das Missões/RS/BR. A produção teórica de Walter Frantz sobre a organização cooperativa (OC, a partir de agora) pelo viés da educação popular ajudaria a interpretar as informações coletadas. A Análise Textual Discursiva seria a técnica hermenêutica mais conveniente e produtiva (Moraes & Galiazzi, 2016). Em coerência com este modelo procedimental-hermenêutico, a proposta de W. Frantz, orientador da pesquisa, foi que a abordagem teórico-metodológica fosse pautada pelos operadores cognitivos da modulação moriniana da dialética (Morin, 2005, p. 331-334; Frantz, 2012, p.315; Arenhart *et al.* 2021, p.105; 2022, p.92). O(a) leitor(a) notará também o uso flexível de conceitos bourdieusianos.

A análise das transcrições das entrevistas escavou um conjunto de categorias entre as quais, para este artigo, escolheu-se a dos nexos entre as práticas associativas/cooperativas e a produção sociocultural dos(das) participantes da pesquisa. Levam-se em conta tanto aspectos herdados da tradição cultural quanto aspectos de recriação simbólica e social (inovação) relacionada à temática da cooperação na AF; aspectos que dificultam a cooperação e outros, que dão suporte motivacional e operacional a ela, quais sejam, os aspectos ligados ao *habitus* de famílias agricultoras (Bourdieu, 2013, p.86ss.).

Frise-se que a questão norteadora da pesquisa pôs em destaque o caráter pedagógico. Buscou-se saber se havia projetos e ações pedagógicas em execução, ou executadas, ou projetadas, pelas OC's com vistas a incentivar a continuidade dos jovens nas propriedades rurais de suas respectivas famílias, ou seu retorno a elas, após períodos de estudo escolar. Procurou-se saber, inclusive, se os(as) entrevistados(as) se lembravam de



ações e eventos realizados em parceria com outras instituições, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, as secretarias municipais da agricultura, a Emater-RS/Ascar etc.

Apurou-se que, até maio de 2022, esse tipo de ação pedagógica não esteve na agenda das OC's pesquisadas, na região das Missões/RS/BR. Mas, como a pesquisa articulou com essa questão diversos aspectos atinentes à participação associativa e à continuidade da AF, foi possível detectar fatores relevantes de incentivo à permanência dos jovens nos estabelecimentos rurais. Isso implica em não tomar como definitiva e absoluta a ideia de que, nas propriedades rurais, por falta de sucessores(as), haveria uma tendência irreversível à masculinização e ao envelhecimento da população. Veementemente, resultou da pesquisa que a ideia da OC ainda tem lugar sob a “(des-)ordem” institucionalizada do capitalismo financeirizado.

Quanto aos resultados esperados, confirmou-se que uma conjugação de ações das associações/cooperativas está eficazmente incentivando os jovens a sucederem seus pais na AF, mesmo que frequentem os bancos escolares; e que associações e cooperativas da AF estão fomentando o *sentido de pertença ao lugar* e a uma comunidade que dá identidade e dignidade a seus membros. De modo nítido, foi possível ouvir que, no âmbito intrafamiliar, a combinação do fator renda e dos fatores diálogo e partilha progressiva da renda é determinante para a sucessão geracional.

Uma categoria que se destaca dentre o material coletado é a questão dos *aspectos culturais*, a maioria tradicionais, mas também novos, concernentes à problemática da sucessão geracional da AF na região estudada. Há aspectos que levantam obstáculos à sucessão e outros, que são propícios à sucessão. Há inclusive aspectos culturais totalmente novos e inovadores, críticos relativamente à tradição; destes, alguns favorecem a sucessão e outros a dificultam.

A partir desta breve síntese de resultados da pesquisa, pode o(a) leitor(a) compreender o foco temático do artigo. A movimentação reflexivo-reconstrutiva começa mirando a contextualização sócio-histórica das OC's da AF da região das Missões/RS/BR. Argumenta a favor da tese de que as atuais práticas associativas/cooperativas dos(as) agricultores(as) familiares da região resultam de um efeito de histerese das OC's dos primórdios da colonização da região, no início do séc. XX, nas quais se cumpria a regra do dom, lado a lado e de maneira não sintetizada, com o princípio utilitário-mercantil. Na sequência, aponta-se para uma ambiguidade aflitiva que consiste no fato amplamente documentado de que, tanto quanto as instituições da lógica capitalista, as OC's, operando também segundo a lógica da dádiva, articulavam-se qual dobradiça com o autoritarismo androcêntrico-patriarcal, hoje, veementemente repudiado pelas mulheres jovens, as quais,



recusando seu lugar de submissão no patriarcado, recusam também uma série de benefícios que o modo sociocultural de vida rural, potencialmente, está em condições de oferecer a seus habitantes, daqui para frente.

Num outro movimento do pensamento, o artigo trata de duas grandes fissuras na tradição cultural da AF regional que favorecem a sucessão geracional: uma concerne à qualidade de vida, e a outra, ao diálogo intrafamiliar sobre a gestão da propriedade. Famílias dialógicas e OC's geram capital econômico, social e cultural propício à continuidade na AF e à sua prosperidade, apesar da contradição sem perspectiva de solução do êxodo feminino do mundo rural.

Desenvolvimento

1 *Capital sociocultural e organização cooperativa na agricultura familiar da região das Missões/RS/BR*

Tome-se como ponto de partida que as OC's dos(das) agricultores(as) familiares se situam na “fronteira social-reprodutiva”, simultaneamente separada da e integrada na economia capitalista (Fraser & Jaeggi, 2020, p.46-51). Ao mesmo tempo que, sob formas diferentes, estão integrados na economia capitalista, os empreendimentos dos(das) agricultores(as) familiares levantam resistências e propõem alternativas às relações de exploração e de alienação de tipo capitalista. E suas OC's, para além de seu caráter instrumental, fazem emergir e proclamam enfaticamente o *sentido* de que o trabalho humano é o centro do processo de produzir e distribuir bens e riquezas. Pelo testemunho de seus atores, as organizações cooperativas sustentam que o parâmetro da vida social é o trabalho para atender às necessidades humanas.

Com efeito, as OC's são “fenômenos sociais complexos e ambivalentes. São iniciativas carregadas de necessidades, desejos e interesses. O seu sentido está relacionado à economia dos associados. Porém, como complexidade social, carrega em si vários e diferentes significados” (Frantz, 2012, p.314-315). Cotidianamente, as OC's têm de enfrentar a contradição entre a valorização do trabalho e o que decorre do mundo dos negócios capitalistas, razão pela qual elas precisam “produzir conhecimentos a respeito disso para compreender a complexidade do jogo de relações de poder desse contexto” e tomar decisões em processos cooperativos (Frantz & Schneider, 2016, p.116). Deriva disso que os sujeitos engajados nesses processos produzem e reproduzem, além dos bens econômicos para viver, bens culturais, a começar pela atribuição de sentido ao trabalho de produção de alimentos e pelos conhecimentos técnicos e sociopolíticos necessários para a gestão das OC's.



Ao discorrer sobre os sentidos da cooperação e do empoderamento social de seus atores, Walter Frantz (2003) enfatiza a importância de condições como “o conhecimento, a aprendizagem, a socialização, os comportamentos, os valores, as ideias etc.”. Com efeito, confrontados com a problemática das transformações, como associações e como empresas, as OC’s “exigem de seus associados conhecimentos, capacidade de articulação, identificação coletiva e responsabilidade social”; isto, para que consigam garantir o controle sobre o capital econômico acumulado pela empresa-cooperativa, controle “sem o qual também não há desenvolvimento sustentável, propriamente dito” (Frantz, 2003).

Os sociólogos que pautam seus estudos pela obra de Pierre Bourdieu, por exemplo, evocam imediatamente os conceitos de “capital cultural”, isto é, ao domínio ou incorporação, pelos indivíduos, de conhecimentos úteis e reconhecidos ou de prestígio social, e de “capital social”, pelo qual, o modo de inserção social (a posição) numa rede de relações sociais estáveis pode beneficiar as pessoas em suas relações sociais mais amplas. A apropriação de capital cultural (de conhecimentos) e de capital social (de relações interpessoais) condicionam o sucesso dos indivíduos nas diferentes instituições e esferas da vida social.

O pesquisador Walter Frantz (2012, p.304) relata que, na década de 1950, os agricultores da região noroeste do Rio Grande do Sul, na qual se inclui a região das Missões, os “agricultores discutiam com entusiasmo e esperança sobre a criação de cooperativas, possuídos de indignação pelo que lhes acontecia nas relações comerciais que praticavam”. Discutiam sobre a gestão e o controle de suas cooperativas e sobre a participação dos associados na entrega da produção. Segundo o autor citado (Frantz, 2012, p.305), organizaram as cooperativas “como expressão de confiança em si mesmos, como luta por dias melhores, como reação e defesa, no duro jogo pela vida na AF, contra a exploração” que sofriam na comercialização dos frutos de seu trabalho. Note-se que neste contexto, devido à ausência do poder estatal, os próprios agricultores criaram *capital social*, isto é, geraram por sua própria iniciativa benefícios para si e para os outros. As famílias desses agricultores acumularam capital social construindo redes e despendendo mais esforço não só na educação dos filhos, mas também na construção de escolas, na criação de comunidades e na organização de cooperativas. Pode-se aqui falar da produção de um capital comunitário, fonte social de bens e serviços. Trata-se de um capital gerado, não pelo Estado, mas pelos próprios agricultores familiares, sob a inspiração da doutrina social das igrejas cristãs, em particular, do projeto de restauração católica. Na situação histórica a que Frantz se refere, a ausência do poder estatal “era preenchida pelas iniciativas comunitárias, fundadas na associação e na cooperação, adquirindo, assim, essas práticas certa dimensão pública não-estatal” (Frantz, 2012, p.306). Isso, em benefício não só dos próprios atores, razão pela qual



se deve falar de “capital social”. Além de se educarem para a cidadania, o que praticamente não ocorria em outras instituições, suas práticas cooperativas “lançavam as raízes do que hoje se denomina de espaços públicos ampliados” (Frantz, 2012, p.306).

Efetivamente, essas práticas cooperativas dos agricultores familiares “não podem ser reduzidas simplesmente a um conteúdo apenas econômico [...]. Elas contêm certamente conteúdos culturais, políticos, sociais e até psicológicos” (Frantz, 2012, p.306). Acresce que, nos espaços das OC's dos agricultores familiares, “exercia-se com mais liberdade a contestação e a crítica do que na organização da escola ou da igreja, onde as sutilezas da dominação e da alienação eram mais facilmente aceitas, embasadas na tradição da obediência” (Frantz, 2012, p.306). A análise perspicaz de Frantz (2012, p.306) assinala que, diante de erros e falhas no interior das práticas cooperativas dos agricultores familiares, estes ensaiavam “a capacidade da negação, da contestação, do questionamento, da afirmação de identidade própria”, o que lhes era impossível na escola e na igreja, de modo que as práticas cooperativas lhes possibilitaram excepcionais experiências de conhecimento, aprendizagem e educação. “A cooperativa era, assim, ao mesmo tempo, um lugar de negócios e um lugar de produção de conhecimento, de aprendizagem, de educação”, que “fluíam pelas vias das relações de poder que se organizavam e manifestavam nas práticas políticas de comunicação e negociação, na busca das informações, nas práticas de comercialização dos produtos, enfim” (Frantz, 2012, p.307).

Ainda de acordo com W. Frantz (2012, p.302), atualmente, o ritmo e o sentido das atividades dos agricultores estão sendo “ditados, sempre mais, pela lógica do capital e não do trabalho, especialmente, através do poder da ciência e tecnologia”; neste contexto, o associativo e o cooperativo tendem a se reduzir a meros “instrumentos de controle de custos”, tendem a não mais ser vistos como “valores de vida”. Ou seja, a forma jurídica do sujeito de direitos, definida pela capacidade individual de celebrar contratos com outros proprietários individuais, “ameaça destruir as relações associativas e cooperativas, que permitem resistência à inserção ao sentido capitalista da vida” (Frantz, 2012, p.303).

A propósito, conforme apurado pela pesquisa empírica em que se baseia este artigo, atualmente, há jovens associados(as) a OC's que as veem como meros “postos de venda” dos produtos agropecuários e agroindustriais da propriedade familiar. No entanto, segundo a aposta de W. Frantz (2012, p.303), enquanto “instrumento de defesa, de esperança e de resistência”, a OC “faz parte da história da agricultura familiar” e, “apesar das decepções com muitas experiências cooperativas e de suas limitações, não morre a esperança no cooperativismo” (Frantz, 2012, p.303). E isso, não só pelo sentido econômico específico das



práticas cooperativas, mas também porque “nelas se revelam muitos significados para a vida em comunidade” (Frantz, 2012, p.314).

Ouviu-se de participantes da pesquisa que as motivações e formas de engajamento em trabalhos cooperativos lançam raízes na tradição de suas respectivas famílias. Uma pessoa, não nascida na região da Missões/RS/BR, declarou que “a relação [entre] trabalho e organização aqui é muito forte na cultura local”. E acrescentou: “foi a primeira coisa que me impressionou, desde que eu vim morar aqui”. Essa peculiaridade cultural das famílias de agricultores(as) da região das Missões/RS/BR se compreende a partir da história da colonização alemã, no início do séc. XX, na região. Essa colonização foi capitaneada pelos padres jesuítas e teve como projeto cultural-religioso a restauração católica e, como estratégia, o zelo pastoral dos padres pelas famílias alemãs católicas, mediado pelo tripé da supervisão eclesiástica das escolas paroquiais de nível primário, do jornalismo religioso em língua alemã (e bilíngue) e do incentivo à organização de cooperativas mistas e de crédito.

A contar pelo material coletado junto aos(as) agricultores(as), não há ligação alguma entre a atual predisposição subjetiva (*habitus*) ao engajamento cooperativo e a experiência das reduções missionárias no século XVII, quando a região pertenceu à Espanha (Arenhart, 2022, p.29-34; Corteze, 2011, p.117-124). Os(as) entrevistados(as) declararam compreender sua participação em empreendimentos cooperativos como uma continuidade do engajamento cooperativo dos ascendentes e da entajuda prestada reciprocamente por seus pais e vizinhos, em outro contexto e mediante outras práticas. Um(a) dos(das) depoentes afirmou que “nossa associação” (de máquinas) é “um exemplo” de organização, “porque *isso vem de uma tradição de antigamente*: quando um vizinho tinha problemas e o outro já tinha a lavoura limpa, aí ele ia lá e ajudava, porque ele também queria ver o vizinho dele bem”. Outra pessoa entrevistada falou que seu comprometimento com a cooperativa tem relação com a experiência que adquiriu dos pais “e isso a gente tenta levar pra diante, pra ainda chegar um dia pra mostrar pros jovens que eles podem acreditar, que dá resultado”.

Trata-se, nestas respostas, de um fenômeno que Pierre Bourdieu chamou de “efeito de histerese” (Bourdieu, 2013, p.98-104; 1989, p.82-83; Hardy, 2018), a saber, da sobrevivência e/ou reativação de disposições para determinadas formas de agir, pertencentes a *habitus* de mundos socioculturais passados, em condições econômicas e sociais diferentes das de sua origem.

Note-se que, nestas respostas, o efeito de histerese é reconhecido e vinculado à herança simbólico-existencial, em relação à qual pessoas entrevistadas expressaram sentimentos de gratidão, o que notoriamente manifesta um contraste com o *ethos* utilitarista-capitalista. O reconhecimento agradecido da herança sociocultural motiva a ações de doação



e cooperação, mas também dá aval à exigência de que quem é ajudado tem que se ajudar e ajudar os outros. Nota-se aqui uma brecha no *ethos* utilitarista, uma fissura que suspende a lógica instrumental. Nesta brecha, o mundo da vida é regido pela regra da dádiva, isto é, do dom gratuito, que se recebe e se comunica a outros. Nesta dimensão, a dimensão profunda da vida, os bens naturais e culturais (e serviços) que se recebem dos ascendentes, por uma questão de justiça originária, pertencem também aos descendentes, inclusive aos que ainda não nasceram. Recebidos por uma geração, por assim dizer, como empréstimo, que a geração beneficiária deve transmiti-los à geração seguinte. Nesta dimensão profunda da vida, que é a da perspectiva da ecologia integral, o dever simbólico-existencial origina o dever moral; por consequência, não se dissociam os direitos fundamentais e os deveres fundamentais, nem os nossos direitos e os direitos dos outros e os da natureza. A regra do dom prescreve que, antes que os indivíduos tirem proveito da relação social em que entram, devem se engajar responsabilmente na construção dessa relação. A realização do desejo próprio se submete à lei do desejo do outro (Cailé, 2002, p.8).

Perguntada sobre como se sentem os(as) associados(as) que efetivamente participam da OC, uma das pessoas entrevistadas respondeu que “sempre se sentem bem e são bem atuantes e, assim que nem agora, se precisa ajuda, alguém vem”. O(a) entrevistado(a) avalia que isso “é resultado de um bom trabalho que a gente faz, que está dando bons frutos. Hoje, eles conseguem acreditar na cooperativa”.

Portanto, o atual comprometimento cooperativo entre famílias agricultoras se explica como sobrevivência e/ou reativação de estruturas de ação pertencentes ao *habitus* de um mundo sociocultural passado (Hardy, 2018). Os conceitos bourdieusianos de *habitus* e de histerese evitam o voluntarismo, uma das expressões do idealismo subjetivista, e possibilitam compreender as ações e projetos humanos com base nos campos de poder, e não simplesmente a partir da consciência reflexa dos sujeitos (Bourdieu, 1989, p.27ss.). Nos campos de poder, as regularidades não excluem possibilidades. Mas estas precisam ser cogitadas no nível das ações efetivas dos participantes do jogo socioeconômico. Percebeu-se, no percurso da investigação, que, para entender o grau e o modo como o *habitus* é transmitido, há que levar em conta a dinâmica interna de cada família, as relações de interdependência social e afetiva entre seus membros. Isso é particularmente necessário nos casos em que há rupturas na tradição familiar quanto à incorporação de tecnologias de trabalho e ao padrão autoritário-patriarcal de relacionamentos.

Numa sociedade em que se prioriza o consumo ao invés do trabalho e se prioriza o trabalho simples ao invés do complexo, a cooperação no trabalho e nos negócios requer uma burilada formação corporal, intelectual e moral. Neste sentido, a OC na AF supõe *habitus* de



agricultor(a) e *habitus* de participante de projetos associativos. O *habitus* predispõe para a ação. A predisposição para a cooperação entre os(as) agricultores(as) familiares da região das Missões/RS/BR é aprendida desde o berço. Essa predisposição vem sendo instilada na subjetividade corporal desses atores sociais por uma tradição que remonta ao início da colonização, na primeira década de séc. XX. Viu-se, anteriormente, ser razoável pensar sobre isso em termos bourdieusianos de “capital cultural” e “capital social”. Esta abordagem torna praticamente impossível contornar a pergunta: por que esse capital social e cultural não reverteu em capital econômico em benefício dos/das agricultores(as) da região das Missões/RS/BR?

2 Cooperativismo e autoritarismo

A resposta à questão anteriormente formulada requereria um longo e complexo estudo sobre a transformação de cooperativas que se agigantaram, fugiram do controle dos associados, traindo seus interesses (Frantz, 2012, p.303-304). Não é objetivo tratar disso neste artigo, mas não é de se descartar precipitadamente a hipótese histórico-cultural do autoritarismo que impregnava a sociabilidade das famílias que se organizavam de forma cooperativa. Ainda fazem parte da cultura cooperativista traços autoritários, com aspectos notadamente patriarcais. Uma situação indisfarçadamente autoritária e recorrente, há décadas, diz respeito à forma como os(as) associados(as), em geral, participam das assembleias: nas assembleias – de uma cooperativa cujo nome o(a) entrevistado(a) citou – “iam lá os cabeças, os contador; tinha um cara que tinha Direito; apresentavam as contas, assim, assim e assim; perguntavam os agricultor e, se um levantava a mão, eles podavam e ninguém apoiava mais!”. O(a) entrevistado(a) apresentou esse relato como argumento para justificar que a participação nas assembleias requeria muita informação: “para participar de cooperativa tem que ter informação”. Sua tese é correta, mas parece pouco justificável que os associados sejam submetidos a tratamento humilhante na assembleia de sua cooperativa, independentemente do motivo. Outra pessoa entrevistada declarou sem rodeios: “Nas assembleias, aqui ninguém fala”. Parece recorrente que a participação dos agricultores nas OC’s é “meramente consultiva” (Stropasolas, 2006, p.239-240). As pessoas entrevistadas foram mais enfáticas a respeito de que as mulheres não têm voz nas grandes cooperativas. Se nas pequenas OC’s de comercialização de alimentos as mulheres são dirigentes, ou, no mínimo, participam dos processos decisórios, na grande cooperativa, de acordo com o depoimento de uma delas,

“tu não tem voz, a mulher! Muito pouca. Nem na diretoria não tem nenhuma mulher. Não, nenhuma mulher na diretoria. Um dia perguntei isso ao presidente e ele disse: “Não; é que a mulher não se dá bem na



administração. Por isso não tem mulher lá”. E eu digo: “Pois é! Na nossa só tem mulher!” E elas se sentem mais à vontade. Então a gente comanda e administra quase todas as ações”.

Com efeito, pelas informações colhidas, as mulheres são os esteios das pequenas OC's de comercialização de alimentos na região: “das pessoas que participam, 60% são mulheres, sócias e que trabalham aqui na cooperativa; vêm aqui, vão para as feiras, trabalham em tudo que é coisa (poucos homens se envolvem)”. De acordo com a interpretação das entrevistadas, uma das razões que explica isso é a preocupação das mães com os filhos, para que não falte alimento para eles, filhos e netos. E mais, na pequena OC, a mulher tem “oportunidade de crescimento”, tanto no aspecto sociocultural quanto no econômico, e “elas se sentem mais à vontade de vir aqui”, ao contrário do que acontece nas cooperativas empresariais do agronegócio. Aliás, as mulheres agricultoras que participam de práticas cooperativas e outras ações coletivas não aplicam o predicado “penosidade” a suas condições de vida. Mas, mesmo cientes de que a vida das mães já não é mais tão penosa quanto foi a das avós, as filhas de agricultores(as) que estudam tendem a não ficar no meio rural. Os(as) entrevistados(as) citaram alguns poucos casos de moças que se formaram em Administração, Veterinária ou Agronomia e que, tendo, ou não, trabalhado como empregadas urbanas, retornaram à propriedade dos pais para gerenciá-la.

Quanto à problemática da sucessão geracional nas famílias agricultoras, constata-se que ela ainda está sendo dificultada pela conservação de aspectos da cultura dos avós, bisavós e tataravós que colonizaram a região e criaram as primeiras OC's. O aspecto que, durante a pesquisa, afirmou-se de modo mais enfático concerne à problemática de gênero. As mulheres que atuam nas pequenas OC's de comercialização de alimentos não são as mulheres jovens. As jovens da AF estão estudando. Muitas das moças, mesmo priorizando o estudo, se ainda moram com os pais no meio rural, vão com a mãe e/ou com o pai para as feiras vender os produtos. E elas afirmam gostar disso. Mas o trabalho de produção e a organização dessas pequenas OC's parecem estar sob a responsabilidade das mulheres adultas e idosas, majoritariamente. Raríssimas moças projetam sua vida como continuadoras do modo de ser “mulheres agricultoras”, como suas mães, e muito menos à maneira de “servas”, como suas vós e bisavós (Strapasolas, 2006, p. 22).

Convém perguntar acerca daquilo que as mães agricultoras passaram e que não desejam para as filhas. Isso diz respeito ao que está acontecendo com as famílias agricultoras, neste início do século XXI. Uma boa pista foi fornecida por uma das vozes colhidas por Walter Frantz (2009): as moças “vão estudar, vão trabalhar na cidade e não retornam”. Pelo estudo e pelo trabalho assalariado, as moças adquirem a condição jurídica de “sujeitos de direitos”, que, historicamente, na AF, as mulheres não tiveram. Ora, já pelo



primeiro núcleo de direitos subjetivos, que acompanhou a própria formação do conceito de “sujeito de direito”, o titular desses direitos é formalmente igual aos outros perante a lei e pode dispor de si com autonomia para firmar e rescindir contratos. Estes direitos tendem a ser negados, ainda hoje, para grande parte das mulheres na AF. Assim sendo, as moças “vão para a cidade porque querem algo diferente, para não ter que ficar, casar e viver da maneira como as mães delas viveram, sem conhecer ou ter uma experiência diferente de vida” (Strapasolas, 2006, p.32).

Na AF, o padrão cultural patriarcal parece estar mantendo sua solidez secular. Com efeito, no trilho das práticas tradicionais, as moças não estão sendo inseridas nas dinâmicas de produção e de aprendizado na gestão das propriedades. Com raras exceções, detectadas pela pesquisa empírica que serve de base para este texto, a *sucessão continua naturalizada pelo viés masculino* (Stropasolas, 2006, p.261). As moças recebem menos que os rapazes na divisão da renda obtida na propriedade. O trabalho doméstico, destinado às mulheres, é visto como menos importante. Mas, notoriamente, elas executam não só os inúmeros afazeres rotineiros de dentro de casa, sendo exigidas a “ajudar” nos trabalhos da lavoura, da ordenha e outros que demandam mão-de-obra adicional. Elas são exigidas porque, como disse um rapaz entrevistado por Rodrigo Kummer (2017), “uma companheira tu já não tem que pagar pra, né, ela te ajudar”.

Pertence ao *habitus* da dominação masculina na AF a sobreposição das jornadas de trabalho delas e a instituição da “ajuda” da mulher, obrigatória e gratuita, nos trabalhos de “fora de casa”, além da crença naturalizada de que ela possuiria atributos específicos, como preparar o alimento, lavar a roupa, limpar a casa, cuidar dos filhos, dos idosos e dos doentes. Tal sobrecarga de trabalho subordinado e desvalorizado só pode gerar a consciência da falta de liberdade e o desejo de libertação pela fuga (Kummer, 2017). O início deste desejo é anterior ao uso do telefone celular. Remonta ao início do transporte escolar, por mais precário que tenha sido (Stropasolas, 2006, p.265).

Como disse um dos rapazes entrevistados por R. Kummer, dentro do padrão patriarcal rural, a condição da mulher é a de uma companheira cujo trabalho não precisa ser pago. Quando uma mulher se torna esposa, seu marido adquire o direito de acesso sexual a seu corpo, mas também a seu trabalho como dona de casa (Pateman, 1993, p.170). Ela não é uma empregada, pois não recebe um pagamento pelo seu trabalho. Uma esposa “é somente a principal serva do chefe de família”, uma serva, isto é, uma trabalhadora doméstica (Pateman, 1993, p.187).

Há que notar a congruência da assertiva “vão estudar, vão trabalhar na cidade e não retornam” com esta outra: “não quero que a minha filha passe o que eu passei!”. No momento,



uma hipótese razoável parece ser que as mães e as filhas do mundo rural afinam suas vozes na problematização da cultura maternolátrica, hegemônica no Brasil, especialmente no mundo rural. Ora, num mundo em que a maternidade é exigida das mulheres em regime *full time* e de trabalho não-pago (Stropasolas, 2006, p.222-223 e 279), só há uma única justificativa para a mãe não ficar 24 horas por dia com os filhos, mesmo para “abandoná-las”, em tempo parcial, a instituições de cuidado (creches, por exemplo): “eu tenho que trabalhar!”. Para que uma mãe possa recusar o regime *full time* e de trabalho não-pago do cuidado dos filhos, idosos e doentes em casa, ela deve poder justificar sua escolha com um documento de vínculo de emprego formal. Notoriamente, uma mãe agricultora estará sempre desequipada de prova para justificar uma recusa assim. A pressão social sobre as mulheres do interior, para que sejam boas mães, é visivelmente mais intensa e contínua que a pressão sobre as mulheres urbanas. Mas o que há de ruim nisso, a ponto de as mães não desejarem isso para suas filhas?

A “despatriarcalização” da família, em curso no mundo inteiro desde meados do séc. XX, “deslocou o poder do pai para a criança”, o que significa que o declínio do poder do pai “não exterminou o poder do homem” (Neder, 2018, p.97-98 e 108). Que a criança tenha se tornado o centro da família faz a mãe “perder a chance de criar um tipo de vínculo que vai além de servir os filhos”, limitando drasticamente a liberdade da mulher (Neder, 2018, p.192). Tem-se assim uma explicação plausível da procura das filhas de agricultores/as familiares por emprego urbano, mesmo que, considerando várias outras condições, poderiam ter uma qualidade de vida melhor no interior que na cidade. Repetindo, o emprego formal é a única justificativa socialmente aceita para as mães se livrarem parcialmente do cuidado das crianças.

3 Brechas na tradição cultural que favorecem a sucessão geracional

É perceptível que tenham-se produzido algumas brechas na tradição patriarcal da AF da região em foco. No que tange à sucessão geracional e às práticas cooperativas, cumpre destacar algumas dessas fissuras. As vozes colhidas e registradas pela pesquisa revelam indícios de rasgões no tecido simbólico patriarcal, favoráveis à convivência social na família, na OC e outras instituições. Dado o limite de páginas exigido para o texto, consideram-se a seguir apenas dois tópicos pertinentes ao tema das brechas na tradição cultural: a qualidade de vida no mundo rural atual e o diálogo intrafamiliar como fatores positivos que atuam sobre a predisposição dos jovens a permanecerem na agricultura.

3.1 A questão da qualidade de vida



“Qualidade de vida no campo” é uma categoria em relação à qual se percebe uma ruptura simbólico-cultural, esta, atinente à relação com a natureza. As consequências sociais da crise do capitalismo estão a fortalecer a crença de que quem é do campo pode ter uma qualidade de vida melhor no campo que na cidade. Essa possibilidade, naturalmente, depende de algumas condições, tais como possibilidade de estudo, estradas trafegáveis, redes de água potável e de energia elétrica e acesso à internet. Trata-se aqui de uma mudança drástica de mentalidade, ocorrida em pouco tempo. Parte dos/das entrevistados(as) aduziu argumentos convincentes a favor da *qualidade de vida* no interior, enquanto outros(as) se queixaram das dificuldades de acesso à telefonia e à internet, que se tornou uma necessidade para todos. “O interior também precisa [de internet]!”, proclamou um(a) participante da pesquisa. “Com internet, os associados podem formar grupo de Whatsapp, facilitando e agilizando suas transações”, proclamam vozes interioranas!

Relacionou-se a qualidade de vida também com “consumir o que a gente produz”, sabendo que, no que a gente produz, não têm agrotóxicos ou hormônios. Argumentou-se que, mesmo que não tenham um aspecto tão bonito, os produtos orgânicos são melhores que os outros.

Uma condição fundamental para uma boa vida é a liberdade, relacionada ao sossego, de acordo com depoimento colhido: “é que nós aqui fora temos um pouquinho mais de *liberdade*. Temos mais *sossego*. Não tem essa *violência* do dia-a-dia de estar cuidando cada minuto”. Além disso, ponderou outra pessoa entrevistada, “nós aqui também temos nossas horas de folga. [...] Eu sempre digo assim: cada um faz o seu horário. A gente sesteia, sim!”. Ato contínuo, este(a) participante da pesquisa declarou que “a gente deve ter esta mentalidade” de fazer os seus horários e, “se você quer um dia de folga, você tira”.

A qualidade de vida no meio rural tem a ver com os ritos domésticos (“Senta todo mundo pra almoçar”), com as relações entre pessoas e das pessoas com os animais e as plantas, com “a qualidade do ar, a qualidade da água, a qualidade da infraestrutura que hoje a gente tem, de deslocamento, de telefonia rural, internet, coisas que não havia no passado e que hoje existem e que não diferem muito do espaço urbano em termos de qualidade de vida, né”. Com estas condições, os(as) agricultores(as) que participam de associações e/ou cooperativas, de sindicatos e/ou movimentos sociais estão de janelas abertas ao grande mundo.

Menção especial cabe a que, de acordo com boa parte dos(das) participantes da pesquisa, a melhoria da qualidade de vida e a consciência do subemprego estrutural são fatores que incentivam os jovens a permanecer no meio rural. Mas há que se frisar que isso parece valer só para os rapazes de famílias capitalizadas.



Os participantes avaliam a qualidade de vida pela confluência de várias condições, entre as quais: possibilidade de estudo, tecnologia de trabalho na pequena propriedade, relações interpessoais ritualizadas em família e em comunidade, liberdade, participação efetiva da cooperativa, utilização de telefone e internet, valorização cultural e econômica dos produtos do lugar, agro-industrialização e agregação de valor a produtos agrícolas, pecuários ou pesqueiros, relação sensível gustativo-nutritiva, olfativa, admirativa, laboral, cognitiva e valorativa com a natureza, possibilidades de descanso (sesta), sossego e lazer, participação de movimentos sociais e políticos do grande mundo. Assim concebida, a qualidade de vida se conjuga com o desenvolvimento econômico, social e cultural *local*, reforçado pelas OC's, que, por isso, estão sendo positivamente avaliadas também por pessoas que não são sócias. O depoimento de que "a cidade está valorizando a cooperativa" parece um eco de um depoimento registrado por Frantz (2009), de que, por influência das práticas cooperativas, "o comércio começou pensar diferente. Então, hoje, o comércio já também está pensando parecido com a cooperativa".

Frantz & Schneider (2016, p.120) veem nas OC's possibilidades de empoderamento, no sentido de "organização de uma força local", por parte de quem coopera nas relações de produção e de distribuição de riquezas. Nesta perspectiva, reforçam a ideia de que, atualmente, a questão do lugar está sendo recolocada numa posição central: "o movimento cooperativo em determinado contexto de relações sociais, especialmente, no campo da economia, pode vir a ser a força do lugar" (Frantz & Schneider, 2016, p.120). A propósito, eis uma declaração dum(a) associado(a) de OC: "A cooperativa tem um fundamento muito grande, né, na questão local. Hoje, a própria questão da chamada pública, programas sociais, para a participação, querendo ou não querendo, qualquer associação é um ponto de referência. Para o agricultor e para o consumidor [...]".

De acordo com uma das teses recorrentes de W. Frantz, a participação dos(das) agricultores(as) familiares em empreendimentos cooperativos e de movimentos sociais possibilita a desconstrução de suas subjetividades corporais modelizadas segundo a lógica individualista-consumista do capitalismo, o que implica colocar em tela o circuito recursivo entre OC, educação popular e empoderamento crítico-emancipador. Vários(as) entrevistados(as) estão cientes de que a participação das mulheres, geralmente referindo-se às avós e/ou às mães, nos movimentos sociais lhes possibilita a apropriação de "um vasto conhecimento" (capital cultural) na perspectiva da ecologia integral. Referem-se a clubes de mães, a pastorais das respectivas igrejas, a sindicatos, a OC's, a associações de feirantes etc. Foram entrevistadas meninas de notável lucidez que, testemunhavam prazerosamente –



“eu gostava!”, “era bem legal!” – terem ido junto com as mães e/ou avós para eventos de caráter formativo e político e de conversarem com as ascendentes sobre isso.

3.2 O diálogo intrafamiliar sobre a gestão da propriedade

Ao que parece, a maior ruptura na tradição da AF regional diz respeito àquilo que, segundo depoimentos, é considerado o incentivo capital aos jovens para seguirem seus pais nas propriedades rurais. Trata-se da “abertura que o pai e a mãe deram para nós. Acho este é o ponto chave!”. Vale a pena o leitor se deter por um momento nos termos do testemunho a seguir:

Se [o pai e a mãe] não tivessem dado essa abertura... Eu até, quando me formei na faculdade, tinha saído de casa, trabalhar fora, e daí eu vi que não era aquilo que eu queria, estar trabalhando para outra pessoa... Eu fui trabalhar em Goiás, numa fazenda, lá. E daí fiquei 4 meses lá e voltei pra casa. O pai também está com problema de saúde na perna dele, não consegue trabalhar muito. A gente resolveu, eu e a N., minha esposa, trabalhar na propriedade, néh. O pai sempre incentivou, na verdade. Pedia pra ficar. Desde pequeno, mostrou, ensinou, sempre pedia para nós estarmos juntos e trabalhar.

Testemunho autoexplicativo! Em outra entrevista, um casal de agricultores, pai e mãe de um rapaz e de uma moça, ambos estudantes, revelaram ao pesquisador sua opção quanto a incentivar os filhos a seguirem na agricultura. Falou o homem: “Eles têm que estudar. [...] Eu acho que eles devem ter independência financeira desde novo, em casa. [...] Fiz uma conta bancária para cada um dos dois filhos, eles têm uma conta desde 17/18 anos. Eles ganham como quase-sócios. Eles são meus sócios, hoje”. A esposa fortalece o argumento: “Eles têm que ter incentivo, néh!”. O argumento do casal foi que os jovens só ficam ou voltam se eles têm o sustento deles! E acrescentaram um exemplo duma sobrinha do marido, que, por alguns anos trabalhou numa empresa urbana e retornou para casa, assumiu a administração da produção leiteira e, com isso, ela ganha muito mais. “E agora está trabalhando no que é dela, entende?! Ela viu isso, néh! Então, isso foi interessante!” arrematou o agricultor.

As entrevistas no seu conjunto levam a crer que, na região, são poucos os rapazes e moças que saem para estudar ou trabalhar e depois retornam. E a explicação para isso veio de alguns/algumas entrevistados(as): “Se ele/ela já saiu de casa é porque os próprios pais não dão abertura. Eu, na verdade, saí de casa porque estava desinformado e tu [quando jovem] tem essa coisa: ‘ah, vou sair!’”

Outro(a) participante da pesquisa foi enfático(a), a respeito da sucessão familiar: “Na verdade, é um assunto muito sufocado. Muito sufocado. A gente conversa, eles [os pais] não têm abertura. Não abrem o jogo. No passado foi pior. Acho que depende do município, depende da origem, da cultura. Na minha família também...”. Na sequência, o comentário crítico esclareceu que esse problema não está ligado a uma ou outra etnia, citando exemplos



de pessoas de origens étnico-culturais diversas. A proposta ventilada em conversas com associados(as) da OC é que, por exemplo, os pais poderiam ceder uma porção de terra para o filho lá fora, a fim de que ele não vá pra cidade trabalhar por um salário mínimo. Certa feita, um(a) presidente de uma pequena OC de comercialização de alimentos questionava o pai associado: “Pô, o Sr. já tá com problema de coluna, por que não dá um pedacinho de terra pro seu filho, aqui? Aumenta sua produção na cooperativa! Ele pode ficar com o Sr. em casa”. Segue a justificativa: “Porque, digo: ‘começa criar raiz, começa a dar um pedacinho e ele cria amor pela propriedade’. Porque depois vai acabar vendendo. [...]”.

O relato deste contraexemplo (do pai) visa enfatizar que o caminho é o diálogo. Outra pessoa entrevistada apontava para o que, a seu ver, era um enorme problema da AF, a falta de diálogo. “Na AF se iludem que, fazendo uma faculdade e tendo um emprego, é melhor. Mas tu dialogando com os filhos, no meu caso, com a filha, sobre os afazeres da AF e quando vê, estão envolvidos nisso. Eu acho que é por aí, néh?!”. Na sequência da entrevista, a categoria do diálogo é retomada, matizada e enfatizada: “Tem que ter um diálogo divertido!”, “O diálogo é fundamental!”, “o Pai tem de contar para os(as) filhos(as) as histórias de como foi o trabalho agrícola e pecuário, quase todo braçal e com força motriz animal, no tempo em que ele foi jovem [...]”. Chegou-se ao ponto em que o(a) entrevistado(a) falou que a falta de diálogo havia no tempo dos avós, mas “há [ainda] pais que não dialogam com os filhos”. E disso o(a) interlocutor(a) inferiu que “a mulher no interior parece que quer fugir, néh. Dever-se-ia incentivar elas nas questões administrativas, entendeu!? Não só ser ‘ajudante do marido’”. Ou seja, atribui-se o êxodo das meninas ao fato de estarem excluídas das conversas e das decisões sobre a administração da propriedade. Efetivamente, são poucos os pais que conversam abertamente com os(as) filhos(as), mesmo que gostariam de fazer isso. Não fazem, por falta de hábito e de habilidade para tanto.

Extrapolando um pouco, ainda no que concerne aos aspectos culturais, vários(as) entrevistados(as) expressaram sua inconformidade em relação à falta de diálogo dos currículos escolares com o mundo agrário. A crítica mira precisamente a ausência, ainda hoje, da problemática rural nos currículos das escolas frequentadas pelos filhos(as) e netos(as) de agricultores(as). O problema é tanto a falta das temáticas do mundo rural quanto o modo de abordá-las (*approach*). Congruentemente, algumas vozes emitiram elogios às Casas Rurais Familiares com sua Pedagogia da Alternância. Também é coerente com a crítica mencionada o ponto de vista de alguns das participantes da pesquisa de que o(a) agricultor(a) precisa ser ou tornar-se inteligente (Frantz, 2009). Quem fica na agricultura, tanto quanto os habitantes das cidades, precisa ter conhecimento. “O estudo é fundamental. [...] Então os jovens da AF recebem muita educação, aprendem muita coisa com os pais, mas agora precisam também



estudo escolar, cursos profissionalizantes [...]”. Com pequenas diferenças retóricas e estilísticas, o conteúdo proposicional deste depoimento foi ouvido de várias vozes, pelo pesquisador, autor deste artigo. Isso, sem que nenhuma dessas vozes ignorasse que, efetivamente, tendem a ficar na agricultura majoritariamente os que não seguem seus estudos escolares.

Considerações finais

O texto concentra-se nos aspectos culturais atinentes à problemática da sucessão geracional da AF na região das Missões/RS/BR. Os aspectos culturais constituem uma categoria relevante, dentre várias, coletadas mediante o instrumento da entrevista, em função de uma pesquisa sobre ações pedagógicas das pequenas cooperativas de agricultores(as) na região citada.

Apresentam-se no artigo aspectos culturais que dificultam e outros que favorecem a sucessão geracional na AF. Dificultam a sucessão os segredos dos pais a respeito da administração da propriedade; a indefinição a respeito da sucessão; a centralização das decisões na pessoa do pai; a exclusão das meninas das decisões e partilhas de recursos econômicos; a recusa a partilhar os recursos produzidos por todos na propriedade e/ou a ceder ao filho parte da terra para que ele possa gerar renda para si; o incentivo das mães às filhas para que deixem a AF (devido à condição de servidão sofrida pelas vós e ainda por muitas mães); autoritarismo nas assembleias das cooperativas; o sentido estritamente instrumental atribuído às cooperativas (ponto de venda a mais). Há outros aspectos, que não foram tematizados aqui.

Têm aspectos culturais que favorecem a sucessão familiar na agricultura: a disposição para a cooperação (na região das Missões, em especial); o diálogo entre pais e filhos (abertura); a partilha de recursos produzidos na propriedade; a qualidade de vida na agricultura família, etc. Interessante destacar que os aspectos culturais favoráveis à sucessão familiar são potencializados pela participação da família nas OC's. Nos termos da sociologia bourdieusiana, os participantes dessas entidades, aumentam seu capital econômico (renda), mas também seu capital social (relacionamentos sócias influentes) e, mediante estes, o capital cultural (conhecimentos e habilidades) na forma de incorporação de modos de agir, de sentir e de pensar, os quais, por sua vez, em circuitos retroativos e recursivos, produzem efeitos potencializadores sobre o capital social e econômico. Tanto quanto a família, as OC's estão a gerar capital social e cultural, ao mesmo que se beneficiam do capital social e cultural que os indivíduos adquirem da/na família.



Propositalmente, o texto não trata do papel do Estado na geração e recriação da bagagem sociocultural dos participantes das OC's. Para dar um ideia da importância do papel do Estado, bastaria fazer ecoar as vozes da mesma pesquisa sobre a importância dos mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo) para o fortalecimento das associações e cooperativas de produção de alimentos nos últimos 20 anos, além dos aportes financeiros diretos para a construção da infraestrutura e aquisição dos equipamentos que viabilizaram o funcionamento das entidades em apreço.

Referências

- ARENHART, L. O. *et al.* **Metodologia e epistemologia**: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa. Cruz Alta: Ilustração, 2021. Link de acesso: <https://editorailustracao.com.br/livro/metodologia-e-epistemologia>
- ARENHART, L. O. *et al.* **Pesquisa na Universidade**: interconexões de abordagens teórico-metodológicas e interdisciplinares. Cruz Alta: Ilustração, 2022. Link de acesso: <https://editorailustracao.com.br/livro/a-pesquisa-na-universidade>
- ARENHART, L. O. Cooperação na agricultura familiar: habitus, histerese, romantismo e gênero. In: BOTELHO, Louise de L. R.; ANES, Carlos E. R.; KROTH, Darlan C. (Org.). **Programa Gestão para Cooperação (PGC)**. v. 2. Cruz Alta: Ilustração, 2022, p. 27-44.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL ; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- CAILÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002
- CORTEZE, Miguelângelo. **As práticas de associação e cooperação no noroeste do rio grande do sul: um espaço de educação**. Dissertação do PPGE/UNIJUI. Jan. 2011. Disponível em: bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FRANTZ, Walter. Educação e Poder na Racionalidade da Cooperação. In: **Perspectiva Econômica**, vol., nº 121, janeiro/março 2003, p. 15-40, São Leopoldo: UNISINOS.
- FRANTZ, Walter. Reflexões em torno da agricultura familiar. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar**. Uma relação de educação. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2009, p. 137-187.



FRANTZ, Walter. Organização cooperativa na agricultura familiar. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 295-317.

FRANTZ, Walter; SCHNEIDER, José Odelso. Um lugar à educação popular no debate sobre práticas cooperativas. In: SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; ANDRIOLI, Liria Ângela; FRANTZ, Walter (Org.). **Educação popular e políticas públicas** – Reflexões a Partir de Diferentes Lugares e Olhares. Ijuí: UNIJUÍ, 2016, p. 107-129.

HARDY, Cheryl. Histerese. In: GRENFELL, Michael (Editor). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 169-193.

KUMMER, Rodrigo. O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress (Anais Ele-trônicos), **Anais...**, Florianópolis, 2017. Disponível em:

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329828_ARQUIV_O_KUMMER,R.Oviesenviesado_amigracaoruralfemininaapartirdoolharmasculino.pdf .

Acesso: 14 jul. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NEDER, Marcia. **Déspotas mirins, o poder nas novas famílias**. 2. ed. atual. rev. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.